

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

JOSIAS DOS SANTOS VENTURA

**AXIOLOGIA NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO
PROCESSO DE EDUCAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DOS
INDIVÍDUOS**

Matinhos, junho de 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

JOSIAS DOS SANTOS VENTURA

**AXIOLOGIA NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO
PROCESSO DE EDUCAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DOS
INDIVÍDUOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Especialista em Educação em Direitos
Humanos pela Universidade Federal do Paraná.


Orientador: Prof. Msc. José Rodrigo Barth
Adams

Matinhos, junho de 2015

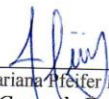
PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Orientador Prof. Msc. **JOSÉ RODRIGO ADAMS** realizaram em 20/06/2015 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **JOSIAS DOS SANTOS VENTURA**, sob o título “*Axiologia na educação em direitos humanos*”, para obtenção do Título de Especialista em *Educação em Direitos Humanos* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido nota “ 8,0 ” e conceito “ As ”.

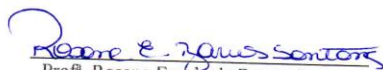
Matinhos, 20 de junho de 2015.



Prof. Msc. José Rodrigo Adams
*Professor do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos – Pólo
Paranaguá*



Profª Drª Mariana Pfeiffer Machado
*Professora do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos – Pólo
Paranaguá*



Profª Rosane Escóia de Barros Santana
*Tutora do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos – Pólo
Pontal do Paraná*



JOSIAS DOS SANTOS VENTURA
*Estudante do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos – Paranaguá*

LEGENDA DE CONCEITOS	APL = Aprendizagem Plena	APs = Aprendizagem Parcialmente suficiente
	As = Aprendizagem Suficiente	AI = Aprendizagem Insuficiente

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Pedagogia da presença: da solidão ao encontro**. 2ª edição. Editora Modus Faciendi. Belo Horizonte, 2001.

Trabalho de Conclusão de Curso: Especialização em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Msc. José Rodrigo Barth Adams

- Socioeducação: 1. Estrutura e funcionamento da comunidade educativa. 2. Por uma pedagogia da presença. 3. Educação e vida: um guia para o adolescente.

CDD 341.5915

Dedico a minha Mãe Zenira Dos Santos Ventura, que com todo carinho e simplicidade me apoiou durante a construção deste trabalho.

Agradeço a Deus, por tudo que fez e faz em minha vida.

A José Ventura Netto, meu filho, réplica perfeita.

A José Ventura Filho, meu pai, pelos ensinamentos diários.

A Carolina Rochelli Ventura, minha esposa, pelo incentivo em tudo.

Ao Professor Orientador José Rodrigo Barth Adams.

A todos os Professores / Tutores do curso de Especialização em Direitos Humanos do Departamento de Educação da Universidade Federal do Paraná - NEAD - Setor Litoral.

Resumo

O presente estudo visa identificar os aspectos da Axiologia no campo Educacional com base nos Direitos Humanos na contribuição dos Valores para o processo de educação e ressocialização dos indivíduos.

Faz uma abordagem teórica sobre o histórico dos direitos das crianças e adolescentes desde o primeiro Código Criminal do Brasil até o Estatuto da Criança e do Adolescente, discute sobre a Educação baseada nos Valores humanos e a sua contribuição para o processo de ressocialização.

O método utilizado constituiu pontos de análise e reflexão a respeito dos Valores humanos ensinados na base familiar e nas abordagens pedagógicas do educador, na formação do caráter de forma a contribuir com a valoração da vida.

Entendendo que todos, família, educadores e sociedade têm que unir as forças para educar as crianças e os adolescentes, a partir dos valores humanos, reconhecendo seus direitos com base nos princípios axiológicos.

Sabendo que os problemas ocasionados pela falta de valores como o respeito, estão presentes em nosso cotidiano, todos os dias a mídia enche as casas de notícias sobre o crescimento da violência, é preciso intervir buscando elementos para que as crianças e adolescentes não tenham acesso à criminalidade, e mais ainda, para os que já estão é preciso buscar alternativas para ressocializá-los.

Palavras-chave: Valores - Educação – Direitos Humanos

SUMÁRIO

1.0 - Introdução.....	10
2.0 - Perspectivas Históricas dos Direitos das Crianças e Adolescentes.....	12
2.1 - Promulgação da Axiologia no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	14
3.0 - A Educação Baseada em Valores Humanos.....	17
3.1 - Os Valores Humanos no Processo Educativo	20
3.2 - O Papel do Educador visando a Axiologia.....	22
4.0 - A contribuição da Axiologia na Ressocialização	25
4.1 - Axiologia como Medidas Socioeducativas	26
5.0 - Considerações Finais	29
6.0 - Referências.....	30

1.0 INTRODUÇÃO

Diante de uma sociedade marcada por violência e criminalidade, a educação como princípio de valores é uma das ferramentas indispensável na ressocialização dos indivíduos.

Os Valores implícitos na prática pedagógica dos educadores podem contribuir (ou não) para a elaboração de um projeto de vida para os sujeitos, afastando-os, dessa maneira, da marginalidade, viabilizando a construção da cidadania e proporcionando sua formação como cidadão, e consequentemente, sua reintegração na sociedade.

Escolhi este tema, com a intenção de apropriação dos conceitos baseados nos estudos das axiologias, acreditando ser está uma das saídas para o caos nas relações entre os seres humanos. Por vivenciar cotidianamente conflitos humanos por falta de uma base sólida na esfera dos valores humanos. Concluo que através dos elementos como reflexão, afetividade, emoções e solidariedade, ricos em significado, podem constituir-se em subsídios para alcançar uma proposta maior de ressocialização e obtenção dos direitos humanos.

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é indicar que a ressignificação da prática pedagógica dos educadores é de grande relevância, compreendendo o processo de evolução dos direitos humanos, reconhecendo a Educação pautada em Valores como agente de formação de pessoas, discutindo a contribuição da educação baseada em Valores no processo de ressocialização dos indivíduos.

A metodologia do trabalho em primeiro momento delineia um breve histórico sobre os direitos das crianças e adolescentes, de como esses sujeitos eram vistos desde o primeiro Código Criminal do Brasil até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Traça uma leitura sobre a Educação pautada em Valores e como ela pode ser um agente de formação de pessoas, haja vista os sérios problemas sociais vivenciados pela sociedade contemporânea (entre outros, o aumento da criminalidade e da violência) e sua dificuldade em enfrentá-los.

Faz-se uma análise sobre a contribuição da educação baseada em Valores no processo de ressocialização. Entendendo o papel do educador na formação do indivíduo, não se limita a mera transmissão de conteúdos e a aplicação de regras de condutas.

Acreditando na contribuição da axiologia no processo de educação e ressocialização das crianças, dos adolescentes assim como também dos adultos.

2.0 - Perspectivas Históricas dos Direitos das Crianças e Adolescentes

No início da civilização, crianças, adolescentes e adultos não eram vistos em fases distintas, todos eram classificados como se adultos fossem. Esse pensamento perdurou por vários séculos, e quando as crianças ou adolescentes cometiam crimes eram submetidos a cumprir pena de acordo com as leis que puniam os adultos, no chamado Direito Penal Indiferenciado.

Após alguns séculos, se percebeu a injustiça cometida ao julgar crianças e adolescentes da mesma maneira que os adultos. Nesse contexto, surgiram tratados, convenções e criações de órgãos, entre eles: Criação da 1ª Entidade Internacional de Apoio à Criança (1919); Aprovação da Declaração de Genebra (1924); Promulgação do Código de Menores (1927); Criação do Serviço de Assistência ao Menor (1942); Criação do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (1946); Aprovação da Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959); Sementes da Convenção dos Direitos da Criança (1978); Aprovação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989).

Todos esses documentos / diretrizes visavam contribuir para a adoção do caráter tutelar de proteção do direito das crianças e adolescentes que conhecemos atualmente, pois os direitos reservados à infância e à juventude nem sempre existiram.

No Brasil, o processo de evolução dos direitos da criança e do adolescente é bastante longo e passa por várias etapas. Desde o século XIX, as crianças acima dos sete anos já respondiam pelos seus atos, caso cometessem alguma infração, seriam julgadas e condenadas de acordo com seu discernimento. Em 1830 entra em vigor o Código Criminal do Império do Brasil, que estabelecia no art. 10 (1º 17 parágrafo) que não seriam julgados criminosos menores de quatorze anos, salvo se demonstrassem ter discernimento.

A denominação “menor” não é mais utilizada desde a Constituição da República Federativa do Brasil em vigor, promulgada em 05 de outubro de 1988, bem como do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90. Tal palavra foi substituída pela expressão “Criança e Adolescente”. O Art. 13 do

mesmo Código afirma que “se o menor tiver cometido o crime com discernimento, este será condenado e encaminhado para as casas de correção”. (BRASIL, 1830).

Se provar que os menores de quatorze anos, que tiverem cometido crimes com discernimento, deverá ser recolhido às casas de correção, pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda á idade de dezessete anos.

Como não existiam casas específicas para acolher esses menores, pois as casas ditas correcionais jamais foram construídas, as crianças condenadas, acabavam por ficar em estabelecimentos destinados a adultos, constituindo-se no Direito Penal Indiferenciado.

Em 1890, entra em vigor o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, que protegia as crianças menores de nove anos e atribuía responsabilidade penal à criança acima de nove anos e menores de quatorze, desde que houvesse capacidade psicológica, ou seja, se a criança apresentasse discernimento do ato cometido, adotando assim, um critério biopsicológico. A punição para as crianças (entre nove e quatorze anos completos) que cometessem o ato infracional seria a internação em estabelecimento disciplinar industrial, conforme os Art. 27 e 30 do Código Penal: Art. 27: “Não são criminosos: § 1. ° Os menores de 9 anos; § 2.° Os maiores de 9 anos e menores de 14, que tiverem obrado com discernimento”.(BRASIL, 1830). Sabendo que o recolhimento ao estabelecimento disciplinar não pode exceder á idade de 17 anos.

O código Criminal e Penal (1830 e 1890) adotou a Teoria do Discernimento, esta teoria consiste, basicamente, em diferenciar o tratamento dispensado aos menores em razão da presença ou ausência de compreensão do mesmo quando do cometimento da infração penal, isso para condenar ou absorver os menores que tivesse cometido crimes.

O que em suma, conferia um grau de subjetividade, arbitrariedade e severidade muito grande, pois abria uma lacuna para que qualquer criança, dentro das idades mínimas, fosse condenada e penalizada, não atribuindo nenhum significado educacional para elas, apenas a punição. Isso porque não estava

ainda em voga à discussão sobre a importância de a educação estar em prevalência sobre a punição, o que só viria a acontecer no final do século XIX.

No Século XX o movimento internacional pelos direitos da criança e do adolescente propôs discussões que colaboraram com o reconhecimento da condição pertencente à criança e ao adolescente, que por sua vez, é distinta do adulto. O reflexo dessas discussões culminou na criação do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, que estabelecia o primeiro Código de Menores do Brasil, conhecido como Código Mello Mattos, fazendo referência ao primeiro juiz de menores do Brasil.

2.1 - Promulgação da Axiologia no Estatuto da Criança e do Adolescente

Ao contrário dos Códigos de 1830 e 1890, o Código de menores de 1927 apesar de sofrer críticas, configura-se em uma inovação, tendo em vista que rompe com a Teoria do discernimento, optando-se por um critério apenas biológico, que elimina qualquer processo penal para os menores de quatorze anos, e submete o maior de quatorze e menor de dezoito anos a processo especial, implantando a fase tutelar e superando a fase da punição indiferenciada entre adulto, a criança e o adolescente.

O novo Código de Menores foi promulgado em 1979, através da Lei nº 6.697. Esse código adotou a Doutrina do Menor em Situação Irregular para definir crianças e adolescentes até os dezoito anos que estejam em situação de risco. Entende-se por situação de risco, segundo o art. 2º da Lei nº 6.697: “o menor privado de condições essenciais à sua subsistência”. (LEI nº 6.697).

Além do caráter indiferenciado das situações de risco, o Código de 1979 não contemplava o direito das crianças e dos adolescentes como um todo, apenas fazia referência aos que se encontrava em situações irregulares, o que ao certo não alcançava a essência do problema, apenas buscava suas consequências e não suas causas.

Parafraseando Costa “o Código de Menores de 1979 não buscou uma nova configuração para a situação dos adolescentes autores de atos infracionais”. (COSTA. 1991. p.121)

No entanto, não propôs mudanças significativas na legislação, apenas substituíram os nomes dados aos menores como, menores abandonados e delinquentes por menores em situação irregular; o que em suma, não representa mudança na prática.

A temática envolvendo a defesa e a proteção integral à criança e ao adolescente esteve presente em várias Declarações e Diretrizes no âmbito nacional e internacional da primeira metade século XX.

No entanto, a Doutrina de Proteção Integral somente foi instituída a partir da Constituição Federal de 1988, que contém um capítulo da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, no qual é assegurada proteção integral à criança e ao adolescente.

A Proteção integral constitui-se em expressão designativa de um sistema, onde crianças e adolescentes figuram como titulares de interesses subordinantes frente à família, à sociedade e ao Estado.

Com a Constituição Brasileira de 1988, é adotada a Doutrina da Proteção Integral, sendo assim, os direitos das crianças e dos adolescentes foram constitucionalmente assegurados, independente de qualquer situação, passando a cumprir Medida Socioeducativa e não mais “pena” como em outros momentos descritos na história dos Códigos Penais Brasileiros.

O cenário nacional adquiriu uma nova configuração no âmbito dos direitos das Crianças e dos Adolescentes, pois em 1990 é aprovada o ECA através da Lei nº 8.069/90. Com a criação do ECA, é estabelecida, para efeitos jurídicos, as fases da infância e da juventude: Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

As fases da infância e da juventude estabelecidas no ECA, alcançam apenas os fins jurídicos, pois na prática as fases da vida se misturam, e o que vemos é crianças e adolescentes assumindo papéis de adultos, sendo obrigados a

arcar com as responsabilidades que não são atribuições da fase em que se encontram. O trabalho infantil, o abandono da escola, a falta de alimentação, saúde e moradia, não faz jus aos direitos reservados no Estatuto da Criança e do Adolescente no seu art. 4º que diz:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ARTIGO 4º. ECA)

A preservação dos direitos das Crianças e dos Adolescentes tem que ser uma constante conjunta com a família, o Estado, a Comunidade e o Poder público, pois todos são responsáveis por estas ações. Sendo notório que apesar de todas as garantias constitucionais descritas na Constituição de 1988 e ratificadas no ECA, ainda encontramos muitas crianças e adolescentes vivendo à margem da sociedade, sem escola, sem assistência à saúde, sem alimentação, sem moradia, sem valores, sem respeito e que em função de tudo isso acabam entrando para a criminalidade com o sonho de conquistar seus direitos por vias ilegais.

Entendo que a ausência do respeito e dos direitos humanos, mesmo que previstos em lei, pode gerar delinquência juvenil, que conseqüentemente colaboram para o crescimento da violência, em nossa sociedade.

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (MICHAUD, 1989, p. 10 – 11)

Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente não poderia deixar de conter uma seção referente à prática de ato infracional, pois a infração cometida por crianças e adolescentes em nossa sociedade é uma realidade da qual não se pode negar e que precisa ter suas implicações previstas em lei. No

Art. 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. (ECA, Art 103).

Nos casos específicos dos adolescentes privados da liberdade por ato infracional, o ECA apresenta um grande avanço, reconhecendo que os adolescentes privados de liberdade tem direitos e valores, teoricamente amparados pelo Art. 124 que descreve:

São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público; peticionar diretamente a qualquer autoridade; avistar-se reservadamente com seu defensor; ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada; ser tratado com respeito e dignidade; permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável; receber visitas, ao menos, semanalmente; corresponder-se com seus familiares e amigos; ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal; habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade; receber escolarização e profissionalização; realizar atividades culturais, esportivas e de lazer; ter acesso aos meios de comunicação social; receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje; manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade; receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade (ECA, 1990 – Art 124).

Em síntese, o ECA divide opiniões: Para uns, ele proporciona avanços, pois busca a reeducação do interno, afirmando ainda, que o apuramento e a aplicação da medida socioeducativa é mais rápida; já para outros, na verdade as medidas não reeducam, além de serem mais brandas para o mesmo fato (crime) cometido.

3.0 - A Educação Baseada em Valores Humanos

A temática envolvendo a educação em Valores humanos tem sido discutida em vários países da Europa, Ásia, África, América do Norte e América do Sul, pois se apresenta como uma atraente proposta para suprir a necessidade da atual educação.

No cenário brasileiro, a educação baseada nos Valores humanos surge na última década com mais ênfase, devido aos sérios problemas sociais, traduzida entre outros aspectos, no aumento da criminalidade e da violência em que a sociedade contemporânea está imersa. Nesse sentido, surge à necessidade de buscar alternativas para minimizar esta problemática, passando por uma revisão das atuais propostas educacionais.

No Brasil, todas as pessoas envolvidas de alguma forma com a Educação, desde os educadores até as autoridades educacionais e governamentais, precisam atuar de forma coerente para o reconhecimento da Educação com base nos Valores humanos, essa atitude contribuiria para o processo de formação do caráter do indivíduo enquanto cidadãos conscientes.

Essa proposta vem sendo indicada por muitos pensadores e órgãos de caráter mundiais em Educação, a exemplo da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

Nesse sentido, Jacques Delors no ano de 1998, elaborou um relatório, propondo uma educação pautada em quatro pilares:

- 1 - Competência Pessoal: relacionar-se com a capacidade da pessoa conhecer a si mesma, compreender-se, aceitar-se e saber usar suas habilidades para crescer, realizar-se, buscar o seu bem estar e a sua felicidade. Tratar-se de aprender a ser.
- 2 - Competência social: está ligada à capacidade da pessoa relacionar-se de forma harmoniosa e produtiva com as outras pessoas na família, na escola, na comunidade, no trabalho e em outros lugares e situações. Trata-se de aprender a conviver.
- 3 - Competência produtiva: diz respeito à aquisição das habilidades básicas, específicas e de gestão, necessárias para produzir os bens e serviços capazes de assegurar ao seu detentor um lugar no mundo do trabalho. Trata-se de aprender a fazer.

4 - Competência cognitiva: é vital para a pessoa assegurar sua empregabilidade. (DELORS 1998. p.89)

Relacionar-se à capacidade de a pessoa adquirir os conhecimentos necessários ao seu crescimento pessoal, social e profissional. Tratar-se de aprender a conhecer. O foco deste relatório é direcionar o ensino para outros domínios da aprendizagem e não apenas para o aprender a conhecer no qual a educação estava habituada, pois as quatro competências descritas acima são imprescindíveis para o ser humano realizar-se como pessoa, como trabalhador e como cidadão.

Nessa perspectiva, Delors enfatiza que:

[...] os sistemas educativos formais tendem a privilegiar o acesso ao conhecimento, em detrimento de outras formas de aprendizagem, importa conceber a educação como um todo. Esta perspectiva deve, no futuro, inspirar e orientar as reformas educativas, tanto em nível da elaboração de programas como da definição de novas políticas pedagógicas. (DELORS, 1996, p. 36).

Nesta perspectiva os Valores humanos agregam elementos para conceber uma educação que permita a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que preze os direitos dos cidadãos, ainda que criança e adolescente apresente-lhes seus deveres, logo, o processo educativo torna-se indispensável nesta árdua tarefa.

É válido citar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a partir dos temas transversais (Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual) trazem algumas reflexões acerca da conduta humana. No capítulo dedicado a Ética os PCNs descreve as várias formas de condutas humanas e afirma que a escola precisa realizar um trabalho que possibilite o desenvolvimento da autonomia moral.

Para trabalhar os valores éticos, os PCNs elegeram quatro blocos de conteúdo, que são: “Respeito, Justiça, Diálogo e Solidariedade, Valores

referenciados no princípio da dignidade do ser humano, um dos fundamentos da Constituição Brasileira”. (PCN, 2001, p.26).

Contudo, os Valores necessários para a formação do indivíduo não se restringem aos Valores éticos descritos nos PCNs, embora eles sejam importantíssimos é cabível a ampliação aos valores como amor, responsabilidade, caráter, dignidade e tantos outros capazes de transformar vidas e de ressignificar práticas educativas.

3.1 - Os Valores Humanos no Processo Educativo

A abordagem da educação em Valores humanos ainda traz dificuldades para os educadores, devido ao difícil esclarecimento do seu conceito, em função da complexidade, amplitude e da diversidade de perspectiva que o envolve.

Segundo Martinelli: “Valores humanos são fundamentos morais e espirituais da consciência humana, sendo assim, todas as pessoas podem e devem ter conhecimento dos Valores inerentes a eles”. (MARTINELLI. 1996. p.143).

Pois os Valores podem ser entendidos a partir de duas categorias, denominados de Valores absolutos e de Valores relativos. Verdade – Amor – Paz – Ação Correta e Não Violência. Sendo que cada valor absoluto corresponde a um valor relativo, que juntos guiam a práxis do educador, pois seu compromisso com processo educacional vai muito além da transmissão de conteúdos.

A concepção de valor humano perpassa o lado emotivo, afirmando que o trabalho envolvendo os Valores humanos requer doação, amor, cumplicidade, engajamento e comprometimento, por parte dos educadores, pois somente assim a proposta educacional será atingida.

Subentende-se que os elementos emocionais dotadas de valores, não acontecem de forma separada, logo os sentimentos estão intrínsecos no ensino e no desenvolvimento dos educandos. Em síntese, não é possível pensar em uma educação com base nos Valores humanos abandonando o lado emocional. Nessa perspectiva não há espaço para uma valorização do racional.

A cidadania, a ética, o respeito, a solidariedade, a responsabilidade e, sobretudo, a liberdade, são Valores indispensáveis no processo de formação dos educandos, sendo assim, precisam ser praticados no cotidiano em coletividade com os demais indivíduos sociais.

Com base nesse seguimento Delors (2002), acredita que:

Compete ao educador (a) encontrar-se e assinalar as referências que impeçam o aluno de permanecer apenas submerso à simples informações que invadem os espaços públicos e privados, mas uma educação que seja orientada para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos (DELORS, 2002, p 72 - 73).

Partindo desse princípio, acredito que a essência do trabalho educativo do educador, no que tange a abordagem dos Valores nas escolas, pois a forma de condução do educador, sobretudo na ressocialização dos adolescentes, poderá contribuir para construção do seu projeto de vida, fator primordial no contexto socioeducativo.

A prática educativa focada nos valores humanos e principalmente na esfera do conhecimento e da cultura, não é um pensamento isolado, existindo varias contribuições nesta esfera, visando essa relação educador / educando. Palmeira e Roseira (2008), afirmar que:

[...] É a sua mediação, como professor, junto aos seus estudantes, que abrirá, necessariamente, novos campos de ação em sua vida, no sentido da capacidade de fazer escolhas imediatas e no futuro, visto que os Valores, assim como os conhecimentos e a cultura, são transmitidos na e pela prática educativa [...]. (PALMEIRA E ROSEIRA, 2008, p-46)

Portanto, não se pode pensar em uma educação com base nos Valores humanos, sem o comprometimento por parte dos educadores, pois a sua mediação será o alicerce para a construção de um projeto de vida capaz de formar um indivíduo para viver em sociedade.

3.2 O Papel do Educador visando a Axiologia

A educação pautada em Valores para ser aplicada necessita de transformação e de criatividade, sendo assim a mudança de postura dos educadores e a consciência do trabalho a ser desenvolvido são imprescindíveis para que essa educação seja colocada em prática.

Nessa perspectiva de transformação, mudança de postura e trocas múltiplas, Freire (2011), enfatiza que: “embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado”. (FREIRE, 2011 p.25).

Sabendo que ensinar não é somente transferir conteúdos, mais sim a troca de experiências e a valorização do educando enquanto participante ativo do processo é de suma importância para compreender a proposta da educação com bases nos Valores. O ensinar a partir dos Valores, exige respeito tanto dos educandos quanto do educador. Nesse contexto, é papel do educador respeitar os saberes que os educandos trazem, uma vez que a democracia também deve ser praticada e ensinada.

Percebe-se isto quando Freire (2011) assegura:

Por isso mesmo pensar certo coloca o professor ou, mais amplamente à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 2011 p. 31)

É necessário o educador conhecer alguns princípios para educar a partir dos Valores, como a autonomia, afetividade, convivência, cooperação, direitos e deveres do cidadão, pois eles constituem o eixo principal desta proposta de educação. Apenas a exposição do tema durante a aula não assegura o sucesso da proposta, é preciso criar condições propícias para que os educandos possam

vivenciar situações que os façam perceber a importância dos Valores humanos para a vida em sociedade.

Para Martinelli (1996), “os Valores humanos na escola, devem estar presentes na apreciação e assimilação do conhecimento de todos os conteúdos a serem ensinados”. (MARTINELLI. 1996. p.78).

Os Valores estão inseridos nos ensinamentos ministrados no espaço escolar, colaborando assim, para potencializar a inteligência e a consciência.

Na visão de Freire (2011).

Ao transformar experiência educativa em puro treinamento técnico o educador estará sendo mesquinho, pois o que há de essencialmente humano no exercício educativo é o seu caráter formador. Sendo assim, o autor afirma ainda que: Os educadores que formam o homem para a vida mudam paradigmas, transformam o destino de um povo em um sistema social sem armas, pois preparam seus alunos por meio de um espetáculo de ideias. (FREIRE, 2002 p. 34).

Para transformar o homem para vida, a educação com base nos Valores não pode ser vista como um código de conduta a ser imposto, assim como, também não cabe abordagem de maneira isolada e sem contextualização ou através de um tema de aula isolado, mas incorporados nas diversas áreas do conhecimento já existentes.

Desta forma, os Valores serão trabalhados de forma natural, gradativa e criativa durante as atividades e os programas definidos anteriormente. Essa é justamente a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que integram determinados temas ao currículo por meio da transversalidade.

No entanto, tem se percebido que as principais preocupações da escola atualmente consistem em formular currículos que possam preparar o indivíduo para o competitivo mercado de trabalho, contribuindo assim, para a política de concorrência, que quase sempre é desleal. Pois vivemos em um mundo capitalista, onde a sociedade prega a competição, a individualidade e o egoísmo, é preciso que educadores e educandos saibam que apesar de toda dificuldade em

conseguir alcançar os objetivos, por causa da competitividade, há como conseguir, sendo honesto, generoso, justo, solidário e agindo com ética.

No atual contexto, a maior preocupação dos envolvidos na educação (pais, escolas e sociedade), tem sido em oferecer conhecimentos que levem a profissionalização no intuito de garantir espaço no mercado de trabalho, esquecendo a base de Valores humanos como o respeito, que são tão importantes para a vida em família, na escola e na sociedade.

Nessa perspectiva, Palmeira e Roseira (2008) também defende que todos, escola, educadores, pais e sociedade incluam outras dimensões da natureza humana no cotidiano escolar, mudando o foco do planejamento, quando afirma:

Sobre a escola e o profissional da educação, as sociedades contemporâneas, com o perfil de complexidade que apresentam, colocam-se o desafio de deslocar o foco de seu planejamento, tempo e ações, tradicionalmente centradas nos aspectos cognitivos, para passar a incluir as demais dimensões da natureza humana, querem sejam, afetivo-emocionais, espirituais, desiderativas e políticas do desenvolvimento, as quais constituem a complexa totalidade de qualquer pessoa. (PALMEIRA e ROSEIRA, 2008, p.8)

O foco da educação não deve ser apenas com os conteúdos curriculares, mas ratifica a importância da educação mais humana, igualitária que propicie o desenvolvimento do indivíduo com base nos valores, no processo de crescimento humano que vão muito além de um conteúdo programático.

É importante perceber que o processo de educar em Valores humanos não compete apenas aos educadores, mas aos pais ao mesmo tempo, que a sociedade em geral, pois são eles que constituem o primeiro grupo social de uma criança, logo exercem uma relevante influência na vida dos filhos, podendo estimular seus interesses, motivações, meta entre outros, haja vista, a ausência dos pais na educação dos filhos, é cada vez mais frequente, tornando o papel do educador ainda mais relevante.

Portanto, é imprescindível que a família volte a ocupar o lugar que lhes é de direito e obrigação de educar os filhos. Mesmo com tanta evolução e distorção de condutas corretas; os pais precisam encontrar espaço neste mundo da tecnologia, pra ensinar Valores indispensáveis para a formação do ser humano, como amor, respeito, companheirismo, dignidade, paz, honestidade entre outros.

4.0 - A contribuição da Axiologia na Ressocialização

O atual contexto social vivenciado pela nossa sociedade aponta a necessidade de uma educação em Valores humanos que possam contribuir para a ressocialização de adolescente autor de atos infracionais, pois a cada dia cresce o número de jovens que se envolvem em algum tipo de ato infracional.

O crescimento do número de internações demonstra entre outras coisas, o aumento da intolerância, do egoísmo, da pobreza, da falta dos pais, enfim, aponta também a ausência de Valores humanos essenciais para a vida em sociedade. Sendo assim, o processo de ressocialização é muitas vezes o momento de construção e/ou descobrimento de Valores, pois: “a educação em Valores humanos não se trata em impor ou ensinar virtudes, mas de facilitar a autodescoberta das próprias virtudes”. MARTINELLI (1996 p. 51).

Em síntese, a educação com base nos Valores humanos torna-se uma ferramenta potencializadora no processo de ressocialização de adolescentes, uma vez que, ao descobrir os Valores humanos que já existem neles, os mesmos serão capazes de destingir sobre os rumos que serão dados em sua vida a partir deste processo. Eles poderão optar por uma vida passageira e cheia de percalços causados pela própria violência, diga-se de passagem, recebida e transmitida, ou por uma vida ancorada em um projeto de vida, com metas e caminhos para trilhar, onde o respeito mútuo possa ser praticado.

A educação com base nos Valores humanos não se configura como uma nova metodologia para o processo de ressocialização, pois se a proposta é incluir esses jovens novamente na sociedade, a criação de métodos específicos apenas reforçaria a ideia de diferença.

Devemos criar um ferramental teórico-prático de ação social e educativa, que inclua e não exclua a proposta de trabalho no contexto socioeducativo, visando a importância dos valores humanos na educação e ressocialização dos indivíduos, oferecendo condições para que o educando possa vivenciar, identificar e incorporar Valores, desenvolvendo sua autonomia, dotando-o de bons critérios para avaliar e decidir.

Contudo, para contribuir na educação e, sobretudo no processo de ressocialização, os Valores humanos precisam ser compreendidos em sua essência e inseridos no contexto educativo sem imposições, como afirma: Lins (1999)

[...] aborda também a questão educativa mostrando a importância de uma compreensão precisa de cada um deles (valores) para que não se caia numa rigidez apenas “moralizante”. Facilmente existe a possibilidade de se resvalar para uma forma apenas mecanicista de punição e recompensa, de acordo com o cumprimento de uma lista apresentada. (LINS, 1999, p. 103).

Em suma, os Valores humanos no processo de ressocialização são extremamente importantes, logo contribuem para a valorização da vida, de si e do outro. Para tanto, várias ações precisam anteceder essa conquista, a abordagem pedagógica, a práxis dos educadores e principalmente o comprometimento do educando.

4.1 - Axiologia como Medidas Socioeducativas

O objetivo das medidas socioeducativas é oferecer possibilidades de ressocialização no âmbito familiar, escolar e social. Contudo, a aplicação da medida socioeducativa só terá implicação se o indivíduo apreender o sentido de reparação, sendo necessário para tanto, a orientação dos educadores envolvidos no processo.

Para garantir a implementação e o cumprimento das medidas socioeducativas, visando concretizar os artigos preconizados no Estatuto, no ano de 1991 é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

(CONANDA) que após várias discussões e parcerias sistematizaram e organizaram no ano de 2004 a proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). O CONANDA foi criado através da Lei Federal nº 8.242 de 12 de outubro de 1991.

Compreende-se como o SINASE, o conjunto composto de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa (SINASE, 2006 p. 23).

O principal objetivo do SINASE é o desenvolvimento de ações socioeducativas amparadas nos princípios dos direitos humanos, estruturados através de bases étnicas e pedagógicas.

A aceitação da medida socioeducativa por parte dos adolescentes que cometeram o ato infracional não é fácil, pois segundo Liberati.

A Medida Socioeducativa tem natureza jurídica impositiva, porque é aplicada independente da vontade do infrator; sancionatória, porque com a sua ação ou omissão, o infrator quebrou a regra de convivência dirigida a todos; e é retributiva, na medida em que a pena deve ser proporcional ao crime cometido. A aplicação da medida socioeducativa visa inibir a reincidência, e é desenvolvida com finalidade pedagógica e educativa. (LIBERATI, 2008, p. 86 - 88)

A escola apresenta-se como principal agente de transformação e a ação pedagógica assume um papel de suma importância, tanto para os adolescentes infratores que comprem medidas socioeducativas, quanto para os adolescentes que vivem no seio familiar, pois ela constitui-se em uma instituição criada pelo Estado para promover a educação.

Sendo assim, é atribuída à escola a responsabilidade de oferecer uma educação que proporcione às crianças e aos adolescentes uma educação emancipadora, capaz de promover uma transformação no ser humano.

Para o educador Paulo Freire, “a educação só é eficaz na medida em que reconhece e respeita seus limites e exercita suas possibilidades”. (FREIRE, 2011 p.65).

Para tanto, é necessário, que o fazer pedagógico dos profissionais envolvidos possam ser efetivos, buscando formar cidadãos capazes de viver plenamente em sociedade, respeitando seus limites e exercitando seus direitos e deveres, pois somente assim, a medida socioeducativa terá aplicabilidade.

O educador precisa acreditar na ressocialização desses adolescentes, e comprometer-se como esse trabalho, pois seu compromisso não é apenas a transmissão de conteúdos e habilidades propostas no programa das séries em que ele atua, mas com a educação integral desses adolescentes, o que não significa que a responsabilidade é apenas desse profissional, pois Família, Comunidade e Estado devem estar juntos nessa árdua tarefa.

Segundo Costa.

Educar é sempre uma aposta no outro, nesse sentido, é necessário que o educador acredite que o adolescente que cometeu ato infracional é capaz de ressocializar-se, pois apenas assim será possível visualizar potencial que há nesses adolescentes. (COSTA, 199, 1 p. 41)

O regime de internação está previsto no ECA e é medida socioeducativa mais extrema, pois durante o execução da mesma “o adolescente é privado inteiramente de sua liberdade, do convívio da família, amigos, escola, comunidade entre outros”. (ECA . Art. 101)

A ética, a moral, o compromisso, a solidariedade, a responsabilidade, exatidão, coerência, respeito, enfim, os Valores existentes na prática pedagógica podem desempenhar um papel importante na vida dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Essa será a base para a o educador estruturar seu trabalho pautado em Valores humanos, pois estes podem compor elementos para a ressocialização do indivíduo na ressignificação de sua vida.

5.0 - Considerações Finais

Os Valores humanos são fundamentos morais da consciência humana, sendo assim, todos os indivíduos devem ter conhecimento dos Valores inerentes a si, primordial para a vida em sociedade. A educação não está à margem da sociedade, pelo contrário, faz parte da mesma, logo, também é papel da educação oferecer um ensino baseado em Valores humanos.

O ensino fundamentado em Valores não será uma tarefa fácil. É notório nas páginas de jornal e noticiários de televisão o crescente aumento da criminalidade envolvendo jovens, isso está acontecendo especialmente em virtude dos Valores distorcidos em que os indivíduos estão imersos. Neste contexto, nasce à necessidade de revisar as atuais propostas educativas, vislumbrando, desta forma, a possibilidade de criação de programas que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e das competências pessoais, cognitivas e produtivas, proporcionando uma valorização do ser humano como um todo.

Em suma, seja na escola regular, seja na ressocialização de adolescentes, o fazer pedagógico do educador sem, dúvidas, não será fácil, principalmente quando se trata de autores de atos infracionais privados de liberdade, que podem apresentar Valores distorcidos, como agressividade, frustração, baixa autoestima, desconfiança, entre outros. Portanto, é justamente nesse contexto que os Valores humanos apresentam-se como diferencial para contribuir para a formação desses adolescentes que vivenciam uma realidade tão complexa.

6.0 - Referências

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Pedagogia da presença: da solidão ao encontro**. 2ª edição. Editora Modus Faciendi. Belo Horizonte, 2001.

_____, Antônio Carlos Gomes da. **Socioeducação: estrutura e funcionamento da comunidade educativa**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

_____, Antônio Carlos Gomes da. **Por uma pedagogia da presença**. Brasília: CBIA, 1991.

_____, Antônio Carlos Gomes da; COSTA, Alfredo Carlos Gomes da; PIMENTEL, Antônio de Pádua Gomes. **Educação e vida: um guia para o adolescente**. 2ª edição. Editora Modus Faciendi. Belo Horizonte, 2001.

DELORS, Jacques (Coord.). **Os quatro pilares da educação**. In: Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortezo. 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. Técnicas de Pesquisa. In: - Fundamentos de metodologia científica. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Direito da criança e do adolescente**. 2. ed. São Paulo: Riddel, 2008.

LINS, Maria Judith Sucupira da Costa. **Educação e Contemporaneidade: Educação Moral na Encruzilhada**. *Revista da FAEEBA*, Salvador, ano 8, n. 12 jul./dez. 1999.

LORENZI, Gisella Werneck. **História dos Direitos da Infância**. 2008.

MARTINELLI, Marilu. **Aulas de transformação**. 9. ed. São Paulo: Peirópolis, 1996.

MICHAUD, A.Yves. **A violência**. Tradução L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

MORAIS, Regis de. **O que é violência urbana**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984 (Coleção Primeiros Passos).

PALMEIRA, M. J. O; ROSEIRA, N. A. F. (org.). **Educação e Democracia: fundamentos teóricos para uma abordagem dos valores**. In: Maria José de Oliveira Palmeira; Nilson Antônio Roseira. (Org.). *Introdução*. 1ª ed. Salvador: EDUNEB, 2008.

SOARES, Janine Borges. **A construção da responsabilidade penal do adolescente no Brasil: uma breve reflexão histórica**. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/doutrina/id186.htm>. Acesso em 25 de abril de 2015.

BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm. Acesso em 25 de julho de 2014.

_____, **Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890**. Disponível em: < http://www.ciespi.org.br/base_legis/legislacao/DEC20a.html. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

_____, **Lei no 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em 20 de março de 2015.

_____, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069/1990. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia: Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, 2000.

_____, **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Acessória de Comunicação Social – Brasília: MEC, ACS, 2006/2009.

_____, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais, ética**. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997.